



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

DE: ASCONT
PARA: DIRSEP
DATA: 20.07.2011
PARECER: 144/2011

REF: EDITAL DE LICITAÇÃO – DIVERGÊNCIA NAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO – CONSIDERAÇÕES.

Senhor Diretor Executivo

O presente expediente tem por fundamento a CI GECOMP/COALI nº. 100/2011, a qual trata do Edital de Licitação nº. 046/2011 para aquisição de aparelhos condicionadores de ar.

A licitação é composta por um único lote, dividido em seis itens, com as respectivas especificações.

Ocorre que, segundo o que relata a GECOMP/COALI, e de acordo com o que consta dos autos, por equívoco, o quinto item do lote foi lançado à praça com especificações distintas, tanto no Termo de Referência elaborado pela área demandante, quanto na respectiva minuta contratual.

Em decorrência disso, houve, também, divergências entre as propostas apresentadas, as quais não foram constatadas pela equipe técnica que apoiava a execução do certame.

Relate-se, por conseguinte, que a proposta declarada vencedora continha especificação (para o mencionado item 5) distinta da que pretendia este Tribunal, o que, por sua vez, tem inviabilizado a respectiva contratação.

Com base em todo o exposto, a GECOMP/COALI solicita análise quanto à possibilidade de anulação da licitação por vício de legalidade.

Este é, sucintamente, o relatório. Passemos, portanto, à análise da demanda.

Veja-se, quanto ao tema, o que dispõe o art. 14 da Lei federal nº. 8.666/93:

Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

(grifou-se)

Tratando a matéria, o Tribunal de Contas da União editou a seguinte Súmula, também colacionada pela GECOMP/COALI:

Súmula 177: A definição precisa e suficiente do objeto constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais, das condições básicas da licitação; constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Destarte, infere-se daí que a caracterização precisa e suficiente do objeto da licitação é, *s.m.j.*, condição *sine qua non* para a configuração dos princípios que norteiam a licitação, em especial o da isonomia.

Agregue-se a tudo o fato de que, se a própria Administração – responsável pela elaboração do Edital e seus anexos, bem como pela instrução do processo respectivo – não teve condições de observar a divergência e saná-la antes de chamar o vencedor para a assinatura do contrato, não se pode pretender que os licitantes o fizessem.

Em assim sendo, averiguada a discrepância entre as especificações de um dos itens que compunham a licitação, de forma a levar os licitantes a apresentar propostas distintas um do outro, e a se declarar vencedora proposta que não atende de forma plena ao que pretende a Administração, forçoso se faz rever a caracterização do objeto expressa no Termo de Referência e na minuta contratual.

Tal conduta leva, contudo, no que entende esta Assessoria, à anulação dos atos praticados desde a publicação do Edital, com a consequente republicação do mesmo e seus anexos com as corretas especificações dos itens levados à disputa. Isso se faz em respeito ao que prescreve o § 4º, do art. 21 da Lei federal nº. 8.666/93:

Art. 21 (...) *omissis*

§ 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Ressalte-se que, por haver um único lote na licitação, composto por vários itens, a revisão das especificações de qualquer deles afeta, *s.m.j.*, diretamente a formulação das propostas de todos os licitantes.

Ademais, a seguinte regra fora exposta no Edital em comentário:

5.1.2. O LICITANTE deverá consignar no sistema o valor total do lote e no campo "Informações Adicionais" indicar marca e modelo e outros elementos exigidos no Termo de Referência, de modo a identificar o produto ofertado e atender ao disposto no art. 31 da Lei nº. 8.078 de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, sob pena de desclassificação.

5.1.2.1. O preço total proposto deverá ser o somatório dos preços unitários de seus respectivos itens multiplicados pelos quantitativos para a contratação do lote.

Deduz-se da norma colacionada que cada item do lote detinha importância fundamental para a composição das propostas por quem tivesse interesse no certame. A especificação influía não somente no preço a ser apresentado pelos licitantes, mas também no próprio interesse em participar da disputa. Veja-se que, imposta a desclassificação para a errônea caracterização do objeto, é possível que alguns tenham deixado de participar por observar uma dada especificação e não se sentir em condições de fornecê-lo, e outros tenham apresentado proposta justamente pela caracterização observada.

Isso posto, não cabe, no entender desta Assessoria, cogitar de anulação apenas do item com especificação divergente, haja vista o fato de que qualquer alteração afeta toda a formulação de propostas.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Por outro lado, a divergência da especificação, por afrontar princípios norteadores do certame licitatório, contamina todo o Edital de Licitação, tornando-o, também, *s.m.j.*, eivado de vício.

Neste ponto, cabe trazer à baila o seguinte posicionamento do Supremo Tribunal Federal:

Súmula 473: A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

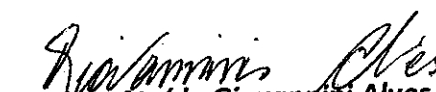
Com base nisso, sugere esta Assessoria a anulação do ato de publicação do Edital de Licitação nº 046/2011, pelo vício já evidenciado e constatado pela área demandante e pela própria GECOMP/COALI. Em sendo acatada a sugestão, operar-se-ão efeitos *ex tunc*, ou seja, deverão ser invalidados todos os demais atos sucessivos à publicação do Edital, uma vez que contaminados pela irregularidade apontada.

Quanto a isso, a lição de Hely Lopes¹ é esclarecedora:

Como regra geral, os *efeitos da anulação* dos atos administrativos retroagem às suas origens, invalidando as consequências passadas, presentes e futuras do ato anulado. E assim é porque o ato nulo (ou o inexistente) não gera direitos ou obrigações para as partes; não cria situações jurídicas definitivas, não admite convalidação.

Operada a anulação, invalidados todos os atos praticados desde a publicação do Edital de Licitação nº. 046/2011, e atestada a permanência da necessidade dos bens nele descritos, caberá às áreas competentes cuidar da consolidação das especificações do objeto – tanto no Edital reformado, no Termo de Referência e na Minuta de Contrato – para o consequente lançamento à praça de edital correito.

Feitas essas considerações, é o Parecer que submeto à elevada e criteriosa apreciação de Vossa Senhoria.


Daniela Ataíde Giovannini Alves
Assessora Jurídica – ASCONT

Aprovo o presente Parecer pelos fundamentos técnico-jurídicos nele consignados.
Encaminhe-se à GECOMP para a adoção das devidas providências.
Em 20/07/2011.


Marco Aurélio Bueno
Diretor Executivo da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio, em exercício

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 207.